

Projetos para a Nação: reflexões a partir de Fichte, Renan e Rodó

REGIANE CRISTINA GOUVEIA¹

Resumo:

O presente artigo tem como objetivo analisar a partir do ensaio *Ariel* de José Enrique Rodó algumas ideias que vigoraram no século XIX, na Europa, no que diz respeito à formação do Estado-nação. Buscamos perceber como elas foram apropriadas, utilizadas e ressignificadas pelo escritor uruguaio em fins do século XIX e início do XX em sua reflexão sobre a realidade da América Latina. Utilizaremos para isso os filósofos Fichte e Renan que participaram ativamente desses debates e apresentaram seus projetos para a nação no século XIX.

Palavras-chave: Rodó, educação, democracia.

Abstract:

The present article aims, from *Ariel* trial of José Enrique Rodó, to analyze some ideas that were prevalent in the nineteenth century, with regard to the formation of the nation-state. We seek to understand how appropriated, used and re-signified they were Uruguayan writer to reflect about the reality of Latin American in the late nineteenth and early twentieth centuries. For so we will use the philosophers Fichte and Renan, who participated actively in these discussions and presented their projects to the nation in the nineteenth century.

Keywords: Rodó, education, democracy.

Nossa proposta é analisar a partir do ensaio *Ariel* de José Enrique Rodó² (1871-1917) algumas ideias que perpassaram o século XIX, na Europa, no que diz respeito à formação do Estado-nação. É nosso interesse compreender como elas foram apropriadas, utilizadas e ressignificadas por Rodó em fins do século XIX e início do XX para refletir sobre a realidade da América Latina. Para tanto utilizaremos os filósofos Johann Gottlieb Fichte (1762-1814) e Ernest Renan (1823-1892) que participaram ativamente desses debates e apresentaram seus projetos para a nação no século XIX.

O século XIX se configura como um momento de muitas transformações tanto na Europa quanto na América Latina. Embora uma parte do Velho Mundo já houvesse

¹ Mestranda da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio).

definido seus contornos quase dois séculos antes, o mapa europeu no século XIX – e também no XX – ainda se modificava, sobretudo a partir do surgimento de movimentos nacionalistas que culminaram na unificação da Alemanha e da Itália na década de 1870. A América Latina, após os processos de independência, nas primeiras décadas do século XIX, com exceção de Cuba e Porto Rico, dava início à complexa tarefa de construção dos Estados-Nação. Era necessário, portanto, pensar projetos para as nações recém-surgidas, “a partir de antigas colônias européias” (Pamplona; Doyle, 2008: 20).

Na obra *Nacionalismo no Novo Mundo: A formação de Estados-Nação no século XIX*, Marco Antonio Pamplona e Don Doyle afirmam que o nacionalismo assumiu variadas formas ao redor do mundo e em algumas partes foi marcado por violência e atrocidades. Na Europa, por exemplo, cujo etnonacionalismo,³ apresentado por Anthony Smith, foi uma fonte de conflito internacional entre nações e dentro de nações. Entretanto, na América o nacionalismo adquiriu uma forma diferente, contrariando as discussões que defendiam que “um núcleo étnico persistente estaria implícito em ‘nação’” (Pamplona; Doyle, 2008: 19). Apesar disso, as nações americanas, conforme assinalam Pamplona e Doyle:

[...] admitem abertamente a pluralidade de suas populações de imigrantes; e, embora celebrem a assimilação, não fingem ter como base uma descendência étnica coerente. Se o nacionalismo tende a reificar identidades etnonacionalistas em outras partes do mundo nas Américas seu esforço típico é o de abarcar as identidades étnicas plurais (Pamplona; Doyle, 2008: 19).

François-Xavier Guerra ao analisar a inovação ocorrida na linguagem política, a partir da Revolução Francesa e o surgimento das nacionalidades na América hispânica, percebe a “nação” como um construto essencialmente político, visto que, não entraram elementos lingüístico-culturais, que posteriormente seriam significativos no movimento europeu no que toca à questão das nacionalidades. A “nação moderna” para Guerra teria resultado do esforço das monarquias européias ocidentais, inicialmente da França, sobretudo após a Revolução de 1789, e posteriormente da Espanha, de integrar em “um único sujeito o reino, o povo, a pátria, a soberania, a sociedade e a história” (Guerra, 2003: 60).

Fichte e Rodó: a defesa da educação

No século XIX vários projetos para a nação foram elaborados. Novas demandas surgidas tanto de um lado do Atlântico quanto do outro, trouxeram a necessidade de repensar uma série de questões. Rodó, embora estivesse escrevendo na virada do século XX, participou dessa atmosfera. Ao escrever *Ariel*, conclamando a “juventude latino-americana” a se opor ao utilitarismo estadunidense e valorizando as tradições ibéricas, não estava muito distante, em certa medida, do que Fichte estava fazendo, quase um século antes, ao escrever seus *Discursos à Nação Alemã*, no início do século XIX. Quando Fichte escreveu esse discurso a “Alemanha”⁴ enfrentava uma difícil situação: a Prússia estava ocupada pelas tropas napoleônicas, e a Rheinbund⁵ se aliara aos franceses. Não podemos entender essa obra sem considerarmos o contexto na qual foi produzida.

Era necessário pensar projetos para a nação, tanto para as que ainda estavam se formando quanto para as nações que já haviam se consolidado como Estado desde o início da Era Moderna, como é o caso da França. Contudo a França passara pela revolução na segunda metade do século XVIII e isso trouxe a necessidade de refletir sobre as mudanças que vieram a partir disso e logo pensar novas propostas para a nação.

Diante disso, embora Rodó vivesse em um contexto diferente dos autores que trataremos neste estudo, é possível identificar algumas semelhanças e mesmo inspirações, principalmente em que pese as preocupações relacionadas ao processo de formação do Estado-nação e o temor da influência dos Estados Unidos que despontara, principalmente a partir da segunda metade do século XIX, como uma potência imperialista e cuja presença se fazia sentir cada vez mais clara nos países latino-americanos.⁶ Ainda é possível identificar o rechaço na obra de Rodó sobre algumas idéias de Ernest Renan, sobretudo no que refere à questão da democracia.

Nessa perspectiva, é interessante observar a marcante presença do romantismo na obra do escritor uruguaio. O movimento romântico surgiu em fins do século XVIII e início do XIX, ganhou terreno fértil, principalmente na Alemanha, e partia de uma crítica deliberada ao iluminismo. Segundo Collingwood, para que o pensamento histórico progredisse era necessário que se operasse uma dupla mudança: a ampliação do horizonte histórico, através de uma análise mais interessada das épocas e sociedades anteriores que teriam sido desconsideradas pelos iluministas, por as perceberem como “obscuras” ou “bárbaras”; a concepção de que a natureza humana era uniforme e imutável também deveria ser questionada. Nessa direção, Herder foi o primeiro,

conforme sublinha Collingwood, a avançar significativamente nos dois sentidos (Collingwood, 1986: 117).

Partindo disso e da crítica aos ideais de universalidade defendidos pelos iluministas, e, por conseguinte, a negligência das especificidades existentes entre os homens e as sociedades, os românticos puderam estruturar suas propostas. Dentre os filósofos do romantismo, destacamos Fichte que em seu *Discursos à Nação Alemã*, pronunciado no inverno de 1807 e 1808 em Berlim, como parte de um ciclo de conferências e também como continuação de sua obra *Rasgos fundamentais de la época actual* publicada em 1806, destacava a importância de se recuperar “originariadad” y “primigeneidad” alemã,⁷ que se encontrava ameaçada pela presença dos estrangeiros. A saída que Fichte encontrou para evitar a descaracterização alemã é o desenvolvimento da educação fundamentada na regeneração das especificidades do povo alemão, isto é, uma educação voltada para estabelecer os alicerces que permitiriam a continuidade no porvir de uma Nação que se encontrava ameaçada.⁸

Com efeito, Fichte sustenta que a Alemanha é uma nação que possui uma história, uma cultura e tem um passado político, e dessa forma, a “originalidade” alemã deveria servir de referência para direcionar a organização da educação e, por conseguinte, salvar a “nação”. Fichte destaca dois aspectos: a *religião*, que na sua concepção se desenvolveu em um grau superior dos outros povos a partir da Reforma; e também a *filosofia* que considera ser a “verdadeira filosofia”. Para ele, a filosofia foi revivida com Leibniz e após um tempo teve um novo começo, sendo consolidada através do idealismo alemão com Kant, Schelling, Hegel e ele próprio. Vale lembrar que Fichte considerava que os horizontes de uma cultura se ampliavam de forma incomensurável a partir do momento que esta cultura se consolidava e desenvolvia sua própria filosofia (Fichte, 1988: 36-37).

Diante disso, se a educação era o meio de salvar os alemães da “barbárie” e “selvageria”, caberia ao Estado a responsabilidade de promover a “educação nacional”. Segundo o filósofo alemão, a partir do momento que o Estado implementasse o plano – desenvolvido por ele – de educação nacional, perceberia que o gasto que ele despenderia com essa nova educação seria capaz de reduzir quase todos os demais. Utiliza como exemplo a questão dos gastos do Estado com a manutenção de exércitos especiais regulares, pois na sua concepção, quando o Estado implantar a educação nacional em seu território:

[...] no necesitará ningún ejército especial, sino que a partir del momento en que una generación juvenil se haya formado en ella, tendrá en ellos un ejército como no se ha visto nunca. Cada individuo está perfectamente entrenado para cualquier posible utilización de su fuerza corporal y soportar todo tipo de esfuerzo y fatiga; su espíritu formado en la intuición directa le asistirá siempre; en su ánimo vivirá el amor al todo del cual es miembro, al Estado y a la patria, amor que anulará cualquier otro sentimiento egoísta. El Estado podrá llamarlos y ponerlos en pie de guerra siempre que quiera y puede estar seguro de que ningún enemigo los derrotará (Fichte, 1988: 192).

Ainda no intuito de demonstrar os benefícios da implantação de uma educação nacional, Fichte sustenta que até então, os Estados “sabiamente governados” voltavam suas atenções para melhorar a economia nacional nos seus vários setores, entretanto, em decorrência da indisciplina e incapacidade das camadas mais baixas, teria invalidado uma parte destes gastos não contribuindo assim para o desenvolvimento esperado. A partir do momento que o Estado colocasse em prática a educação proposta por ele, o Estado contaria com:

[...] una población trabajadora acostumbrada desde su juventud a reflexionar sobre sus asuntos, y que tiene capacidad e inclinación a valerse por sí misma; y si además el Estado sabe ayudarles de forma conveniente, le entenderán a la más mínima insinuación y aceptarán agradecidos su enseñanza. Todos los sectores de la economía alcanzarán en corto espacio de tiempo y sin gran esfuerzo una prosperidad como jamás se ha visto antes, de tal manera que si el Estado se pusiese a calcular y procurarse de paso conocer el verdadero valor de las cosas, advertiría que ese desembolso inicial le habría proporcionado crecidos intereses (Fichte, 1988: 193).

Com isso, conforme concebe Fichte, o Estado não teria que despender maiores investimentos em instituições judiciais e de policiamento. Os gastos com as penitenciárias e os reformatórios eram muitos, e as instituições denominadas de “benéficas” também exigiam gastos excessivos e quanto mais se investia mais ainda era necessário investir, de modo que a impressão que se tinha era de que eram “instituições para produzir pobres”. Assim, no Estado que implantasse a nova educação:

[...] las primeras se reducirían notablemente, las últimas desaparecerían por completo. Una disciplina a tiempo, asegura contra posteriores disciplinas y mejoras de por sí desagradables; en cuanto a los pobres, no existen en absoluto en un pueblo educado de este modo (Fichte, 1988: 193).

Fichte alerta para o fato de que, não obstante os resultados da implementação de tal projeto fossem de longo prazo, isso não deveria ser razão para a negligência do mesmo por parte do Estado. O presente não deve ser a única preocupação do Estado, uma vez que “*el presente ya no nos pertenece*”. Seria preciso se preocupar com o futuro, de maneira a tomar medidas no presente que poderiam sanar – mesmo que os resultados não fossem imediatos – a difícil situação em que os alemães se encontravam. Não se deveria relegar a outros esta tarefa. Vale ressaltar que o projeto que Fichte defendia abarcava toda a sociedade sem distinção.

O filósofo alemão também sugeria que caso o Estado não tivesse interesse em tomar frente no plano da educação, a iniciativa privada poderia fazê-lo e logo serviria de exemplo para outros. Seria necessário apenas um pouco de “boa vontade” para que assim nenhum obstáculo se tornasse difícil de ser superado, já que estavam unidos em prol de um único objetivo.

Em suma, podemos perceber que os discursos de Fichte, não obstante tenha múltiplos aspectos, estão intrinsecamente relacionados a um projeto pedagógico, e, sobretudo, se caracterizam por uma orientação que está indubitavelmente relacionada a um objetivo político, que tem em vista a transformação da natureza do “Estado da nação alemã” através da implementação de um projeto educacional.

É necessário notar que a Alemanha, na época em que os discursos foram proferidos, além de estar ocupada pelas tropas napoleônicas ainda não se constituía em um Estado Nacional, era um amontoado de reinos autônomos que apesar de partilharem de uma mesma língua e uma cultura próxima, não tinha unidade política o que só viria a ocorrer quase 70 anos depois que os *Discursos* foram produzidos.

Em se tratando de Rodó – embora não mencione o filósofo Fichte,⁹ – podemos perceber uma aproximação no que tange à proposta de um projeto cujo eixo norteador se encontra na educação. Rodó, como já foi mencionado, conquanto esteja em um contexto distinto ao pensar a realidade da América Latina também elege a educação como caminho para alcançar a civilização:

A educação popular, considerada em relação a tal obra, adquire, sempre que é encarada com o pensamento do futuro, um interesse supremo. É na escola, por cujas mãos intentamos que passe a dura argila das multidões, onde se encontra a primeira e mais generosa manifestação da equidade social, que consagra para todos a acessibilidade do saber e dos meios mais eficazes de superioridade. Ela deve complementar essa realização tão nobre escolhendo como objetos de uma educação preferencial e cuidadosa o sentido da ordem,

a idéia e a vontade de justiça, o sentimento das legítimas autoridades morais (Rodó, 1991: 62).

Rodó reconhece que os latino-americanos não têm uma originalidade no tocante a sua “personalidade” mas são herdeiros de uma raça ibérica, uma tradição que deve ser valorizada, mesmo que o cosmopolitismo seja uma realidade que deve ser considerada. A região do Rio da Prata na virada do século XIX para o XX recebeu um enorme contingente de imigrantes, sobretudo alemães, italianos e espanhóis, numa época em que as idéias de superioridade racial ainda faziam ressoar seus ecos no continente e a imigração européia era valorizada e incentivada. Daí Rodó não desconsiderar o cosmopolitismo, e concomitantemente defender a fidelidade à tradição ibérica. Inclusive reconhece, de certa maneira, a possibilidade de inspiração nos Estados Unidos, não obstante, de modo muito diferente de alguns intelectuais que interessados no futuro da América Latina sugeriam: a adoção do modelo de desenvolvimento norte-americano. Para Rodó, estes vislumbravam uma América *deslatinizada*, nesse sentido, era preciso ser cauteloso e impor limites ao que ele denomina de *nordomania*. Segundo o autor de *Ariel*, esses limites não significavam uma refutação irrestrita, visto que o “exemplo dos fortes” poderia servir de inspiração para os povos que ainda estão se configurando e moldando a sua “individualidade nacional”, no entanto, deveria ser observada de maneira inteligente, levando em conta somente aquilo que poderia ser útil e benéfico.

Com efeito, a educação se tornava um valioso instrumento para corrigir os traços do caráter de uma sociedade que necessitava se adequar às novas questões impostas pela civilização e novos ensejos de vida, contrabalançando assim, mediante uma influência inovadora, as forças da herança e do costume. Pois, não haveria para Rodó, vantagem no propósito “de desnaturalizar o caráter dos povos” para a imposição de um modelo externo imolando a originalidade de “seu espírito” (Rodó, 1991: 70-71). A transmissão irrefletida do que numa sociedade era natural e espontâneo para outra que não encontrava precedente na Natureza e tampouco na História, deformaria o seu modelo original sem, todavia, trazer alguma melhoria.

Outro ponto de convergência entre Rodó e Fichte, guardadas as devidas proporções, é a defesa de que cabe ao Estado orientar o projeto de educação, ainda que Rodó não elabore sistematicamente um programa educacional como o filósofo alemão. Para Rodó o Estado deveria proporcionar a toda a sociedade, independente da procedência, condições iguais de buscar o aprimoramento, isto é, oferecer o caminho

para criar de maneira uniforme a revelação das “superioridades humanas”, em qualquer lugar que existissem.

Rodó, também vislumbra a possibilidade do futuro contar com os benefícios oriundos da implementação da educação promovida pelo Estado, de modo que a partir disso, no tempo de uma “geração humana” seria suficiente para criar condições de vida intelectual na América. Mesmo que o retorno não fosse imediato, a generosidade seria um estímulo para a consciência. Uma vez que, conforme sublinha Rodó, a obra mais perfeita é a que:

[...] se realiza sem as impaciências do êxito imediato; o mais glorioso esforço é o que coloca a esperança além do horizonte visível; a abnegação mais pura é a que se nega no presente, não só a compensação dos louros e a honra ruidosa, mas também a voluptuosidade moral que se deleita na contemplação da obra consumada e no término seguro (Rodó, 1991: 70-71).

Em suma, tanto Fichte quanto Rodó tem uma preocupação com o desenvolvimento de uma educação que opere também de forma a contribuir para o aperfeiçoamento moral do indivíduo, e logo permitir a auto-superação, eliminando os instintos egoístas em prol do todo social.

Renan e Rodó: a questão da democracia

O filósofo francês Ernest Renan exerceu uma grande influência no pensamento de Rodó. Seu drama *Caliban: Suite de la Tempête*, publicado em 1878, procura através dos personagens de *A Tempestade* de Shakespeare, demonstrar os perigos que podem vir com a revolução. Compete salientar que Renan considerava a ascensão das massas populares à arena política como um dos fenômenos mais nefastos do seu tempo. Nessa perspectiva, por meio de uma adaptação dos personagens Caliban, Ariel e Próspero, Renan numa linguagem metafórica faz uma condenação da democracia.

A questão da democracia é significativa para se compreender a relação entre o escritor uruguaio e Renan. Em *Ariel* percebemos que a despeito de existir uma influência do pensamento de Renan, que rejeita o regime democrático, Rodó procura mostrar que existe uma compatibilidade entre os valores da tradição latino-americana e o sistema democrático. Partindo dessa premissa, Rodó estrutura sua proposição sobre dois argumentos fundamentais: o primeiro sustenta que o espírito igualitário da democracia é

um princípio teleológico não só compatível como também geneticamente ligado ao legado cristão; e o segundo argumento afirma que a democracia é um fenômeno “consustancial” à existência republicana dos países da região (Mitre, 2003: 113).

Com efeito, Rodó considera baseado nos estudos de Tocqueville, que o avanço da democracia é algo inexorável, impresso na evolução da civilização ocidental (Mitre, 2003: 114). Diante disso, ele assinala que a defesa do regime democrático deveria ser uma questão de sobrevivência para os países hispano-americanos, uma vez que foi devido ao impulso dos princípios igualitários ligados pela tradição iluminista que eles conseguiram sua independência. Segundo Rodó: “[...] o espírito da democracia para nossa civilização é, essencialmente, um princípio de vida contra o qual seria inútil se rebelar” (Rodó, 1991: 61).

Para Renan a democracia se constituía como um regime ameaçador, especialmente para as elites, uma vez que é destituído de obstáculos que assegurem um espaço apropriado à preservação da alta cultura. Teme que as “hierarquias naturais” sejam destruídas, dando lugar à “tirania das multidões”.

O pensador uruguaio admite os perigos aos quais a “degeneração democrática” pode conduzir, fazendo com que a “força do número” destrua toda e qualquer noção de qualidade, levando ao desaparecimento na consciência das sociedades todo justo sentimento da ordem e que ao entregar seu ordenamento hierárquico ao acaso, isso acarrete fatalmente no triunfo das mais “injustificadas supremacias” (Rodó, 1991: 54).

Observamos o temor de pensadores como Renan em relação ao regime democrático por conceberem que este direcionaria a humanidade à mediocridade, de forma que seria inevitável seu fim no utilitarismo. Daí o filósofo francês afirmar que: “*Caliban règne à Milan. Va, écrase cet infâme, rassemble tous nos esprits*”,¹⁰ (Renan, 1878: 61). Já que para ele a concepção de vida numa sociedade cujo espírito democrático predomine resultaria em uma busca exclusivamente pelo bem-estar material, destruindo a possibilidade de uma vida voltada para os interesses ideais. De acordo com Renan – fazendo alusão ao drama shakespeariano – sendo a democracia a ascensão de Caliban, Ariel será o que sai derrotado nessa conquista.

Rodó discordava de Renan em relação às suas conclusões no que concerne à democracia, pois considerava que a partir do momento em que houvesse oportunidades iguais na educação, uma aristocracia natural – dos melhores – surgiria e poderia, mediante um ideal desinteressado, conduzir a sociedade.

Para Rodó as civilizações que atingiram uma cultura completa e refinada, estavam ameaçadas pela limitação do espírito. O escritor de *Ariel* retomou as considerações do filósofo francês Auguste Comte, no que se referia à delicada situação que envolvia as “civilizações avançadas”. Para Comte, um alto estágio de desenvolvimento social, ocasionaria um arriscado inconveniente, pois abriria espaço para o surgimento de “espíritos deformados, muito capazes sob um único aspecto e monstruosamente ineptos sob todos os demais” (Rodó, 1991: 28-29). Comte compara o que denomina de “amesquinamento de um cérebro” – devido à constante relação com um único estilo de ideia –, com a situação do operário das fábricas após a divisão do trabalho, na qual o operário se destinou apenas a uma determinada função. Para ele, isso resulta em uma catastrófica impassibilidade pela aparência geral dos interesses da humanidade (Rodó, 1991: 29).

Rodó afirma que o caráter da civilização de um povo não é determinado pela sua prosperidade e riqueza material, mas sim pelas formas superiores de pensar e sentir. E ainda destaca que Comte:

[...] para mostrar como seria insensato pretender, em questões de intelectualidade, moralidade e sentimento, que a qualidade possa ser em algum caso substituída pelo número, observava que jamais se obterá da acumulação de muitos espíritos vulgares o equivalente de um cérebro de gênio, e tampouco da acumulação de muitas virtudes medíocres o equivalente de um rasgo de abnegação ou heroísmo (Rodó, 1991: 55).

Dessa forma, na concepção de Rodó a sociedade ideal deveria ser constituída dos princípios gregos de beleza e do princípio cristão de caridade. Para tanto, deveria se basear no sistema democrático que capacitaria a todos, onde “os melhores” seriam os dirigentes, o que inevitavelmente produziria uma cultura superior. Todavia, uma cultura que voltasse suas preocupações apenas para o bem material, estaria destinada à mediocridade.

Do ponto de vista de Rodó, a democracia se constituía num regime inteiramente compatível com os interesses ideais, e não deveria ser desconsiderada por ainda ser recente, era necessário seu aperfeiçoamento para assim não confluir num utilitarismo medíocre.

Rodó propõe soluções aos problemas que a democracia poderia conduzir, como por exemplo, o “desenvolvimento progressivo das tendências individuais e a diminuição da cultura” (Rodó, 1991: 52). Para o autor a seleção espiritual, os estímulos

desinteressados, o gosto, a arte, o respeito pela sublime supremacia, podem tornar-se fraquezas, caso a igualdade social que desmantela as hierarquias existentes não seja capaz de colocar no lugar destas outras hierarquias que “tenham numa classificação racional seu princípio e na influência moral seu único modo de domínio” (Rodó, 1991: 53).

O autor de *Ariel* enfatiza que a democracia deveria vir acompanhada de uma preocupação ideal que compartilhe seu domínio com a preocupação pelos interesses materiais. Ressalta ainda a necessidade da hierarquia, malgrado esta deveria ser racional no seu princípio e moral no que tange ao seu modo de autoridade. O autor assinala que:

[...] a ciência mostra como a ordem hierárquica, na imensa sociedade das coisas e dos seres, é uma condição necessária de todo progresso; como as relações de dependência e subordinação entre os componentes individuais dessa sociedade e entre os elementos da organização do indivíduo constituem um princípio da vida; e como, finalmente, uma necessidade intrínseca da lei universal de *imitação*, relacionada ao aperfeiçoamento das sociedades humanas, consiste na presença, no seio delas, de modelos vivos e influentes que as soergam para a progressiva generalização de sua superioridade (Rodó, 1991: 67).

Para conter os males que a “degeneração democrática” poderia trazer, Rodó sugere uma reforma na educação, de maneira que todos tenham condições de se aperfeiçoar. Desse modo, caberia ao Estado, conforme já foi mencionado, fornecer a toda a sociedade condições equitativas para buscar seu aprimoramento. Nesse ponto o autor difere de Renan, pois vê na educação a possibilidade de garantir a todos o direito de ascensão. Para Rodó, esse seria garantido “aos melhores”, que seriam selecionados pela natureza e não pela injustiça dos homens.

Rodó percebe a rivalidade como sendo o melhor estímulo para intensificar o pensamento, porquanto prescinde da igualdade como ponto de partida, e ao mesmo tempo necessita da desigualdade como objetivo final – onde os mais capazes levariam vantagem. Sendo assim, Rodó elucida que:

Apenas um regime democrático pode conciliar em seu seio essas duas condições de emulação, desde que não degenere em igualitarismo nivelador e se limite a considerar como belo ideal de perfectibilidade uma futura equivalência dos homens, com sua ascensão ao mesmo grau de cultura (Rodó, 1991: 64).

Assim, Rodó defende o regime democrático ao mesmo tempo em que sublinha que as imperfeições de sua forma *histórica* atual levaram à injustiça no tocante ao que existe de determinante e fecundo neste regime. Percebemos que o autor não desconsidera

o “elemento aristocrático” na democracia, no entanto, esse será proveniente, segundo ele, da distinção da qualidade verdadeiramente superior, diferente de como ocorria nas aristocracias tradicionais que tinham seu fundamento baseado na injustiça e não no mérito. Notamos no ensaio *Ariel*, que para Rodó a democracia é um sistema inteiramente compatível com a América Latina, contudo, é imprescindível salvaguardar a democracia da degeneração provocada pela mediocridade e vulgaridade do nivelamento como teria ocorrido nos Estados Unidos.

Podemos conjecturar que conceito de democracia o escritor de *Ariel* estava pensando ao destacar que é necessária a “desigualdade como objetivo final”, ou seja, que após a natureza selecionar, através da educação, os “mais aptos dos menos aptos”, os “mais capazes” levariam vantagens. O pensador uruguaio procurou ainda conciliar a democracia e a aristocracia que são por si só inconciliáveis. Porque a despeito de Rodó argumentar a importância da educação para possibilitar a igualdade de condições – no caso, seria para todos terem meios de se aprimorar – em momento algum o autor faz alusão ao “governo de todos”. Aliás, é o que o regime democrático pressupõe – desde a tradição que tem início na Grécia, aonde democracia passa por ser o regime dos *polloi*, dos muitos (Ribeiro, 2000: 13). Presumimos que a educação para Rodó seria apenas o meio de preparar a todos para a competição, na qual os “mais capazes” sobressairiam.

No século XVIII e XIX a democracia se deu num plano essencialmente formal, mas no século XX foi agregado a esse regime um caráter social. Segundo Renato Janine Ribeiro:

[...] se já os gregos viam na democracia o despontar das luzes sociais, a novidade deixa de ser o momento, no século XX, em que ela passa de regime apenas político para adquirir uma dimensão social. O que é novo, o que precisa ser explicado, é porque a modernidade construiu a democracia representativa como um regime do qual, ao menos de início, se excluía o forte conteúdo social que os gregos nele depunham (Ribeiro, 2000: 13).

Talvez esteja aí, de certa forma, a explicação para a idéia de democracia do escritor uruguaio. Em fins do século XIX ainda não tinha sido acrescentado o caráter social em tal regime. Outros regimes foram perdendo a sua legitimidade ao longo do século XX, ao passo que a democracia foi se tornando, principalmente depois da Segunda Guerra Mundial, o único modo de governo a ser, atualmente, considerado legítimo (Ribeiro, 2000: 20).

Portanto, Rodó ao procurar demonstrar que somente a democracia poderia conciliar as duas condições de emulação – igualdade e desigualdade –, expressava:

[...] um recorte testado milhares de anos, uma tecnologia do mando e da submissão mais do que desenvolvida – e contra isso, apenas uma legitimidade ainda jovem, que não teve tempo, em duzentos anos desde que despontou em dois países, os Estados Unidos e a França de suas revoluções, para capilarizar suas práticas, suas emoções, numa escala comparável aos autoritarismos de eficácia bastante comprovada (Ribeiro, 2000: 20).

A ideia de democracia defendida por Rodó, no entanto, não é a mesma que temos hoje. Espera-se no regime democrático que o povo seja responsável por suas decisões, e que a partir disso sejam saciados os desejos e os direitos humanos. Um exemplo disso é que o pensador uruguaio vivenciou um momento de intensas reformas no Uruguai que atendiam amplamente o social. Apesar de Rodó ser do mesmo partido de Batlle y Ordoñez¹¹ e defender o regime democrático, após algumas reformas do governo batllista o escritor de *Ariel* se tornou um crítico contumaz do governo¹² – essas reformas incluíram uma legislação trabalhista avançada para a época, a ampliação dos direitos das mulheres, direitos que no Brasil só chegariam muitos anos depois, além da criação de escolas secundárias departamentais em 1912 que estendeu os benefícios da educação e quatro anos depois o livre acesso ao ensino secundário e superior.

Dessa forma, notamos que para Rodó a democracia comportava o elemento aristocrático porque na sua concepção o “estabelecimento da superioridade dos melhores” se daria através do livre consentimento dos “associados” (Rodó, 1991: 64). Em outras palavras, o escritor acreditava que essa “desigualdade” – no caso, a superioridade dos dirigentes – seria permitida por que estaria assegurada pelo voto popular.

Assim, diante do que foi apresentado, é possível observar que Rodó se utilizou de algumas ideias que estavam em vigor no século XIX, relacionadas a projetos de nação, para pensar a realidade da América Latina. Por meio de apropriações, ressignificações, e também da refutação de outras ideias foi capaz de lançar questões que seriam amplamente discutidas na esfera intelectual e política de meados do século XX. Nessa direção, os estudos da história conceitual tornaram-se significativos para o objetivo que propomos. Caso contrário o pensamento de Rodó, sobretudo no que refere à democracia nos pareceria ininteligível, uma vez que conforme sugere Koselleck os conflitos sociais e políticos do passado devem ser analisados à luz do horizonte conceitual que lhes é contemporâneo e em termos dos usos linguísticos, simultaneamente compartilhados e

realizados pelos atores que estavam inseridos no contexto (Jasmin; Feres, 2006: 25). De igual maneira é possível identificar as várias camadas de contextos linguísticos nos quais foi operacionalizado o discurso em determinados momentos, revelando assim, as linguagens disponíveis no universo de possibilidades do autor estudado.

Referências Bibliográficas.

- COLLINGWOOD, R.G. *A Ideia de História*. Lisboa: Editorial Presença, 1986.
- FICHTE, Johann Gottlieb. *Discursos a la nación alemana*. Trad. Maria Jesús Varela y Luis A. Acosta. Madrid: Editorial Tecnos, S.A., 1988.
- GUERRA, François-Xavier. “A nação moderna: nova legitimidade e velhas identidades”. In: JANCSÓ, István (org). *Brasil: formação do Estado e da Nação*. São Paulo: Hucitec, 2003.
- JASMIN, Marcelo Gantus e FERES Jr, João. *História dos Conceitos: debates e perspectivas*. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio: Edições Loyola: IUPERJ, 2006.
- MITRE, Antonio. *O dilema do centauro: ensaios de teoria da história e pensamento latino-americano*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.
- PAMPLONA, Marco A. DOYLE, Don. H. (orgs). *Nacionalismo no novo mundo: a formação dos Estados-nação no século XIX*. Rio de Janeiro: Record, 2008.
- RENAN, Ernest. *Caliban: suite de la tempête*. Paris: Éditeur Calmann Lévy, 2ªed., 1878.
- _____. *Qu'est-ce qu'une nation ?* Paris/London : Presses Pocket, 1992
- RIBEIRO, Renato Janine. “Democracia Versus República: a questão do desejo nas lutas sociais” IN: BIGNOTTO, Newton (org.). *Pensar a república*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000.
- RODÓ, José Enrique. *Ariel*. Trad. Denise Bottmann. Campinas: Editora da UNICAMP, 1991.

Notas

² José Enrique Rodó nasceu em 1871 em Montevidéu, foi jornalista escreveu em vários jornais e professor de literatura. Participou da vida política do Uruguai sendo eleito deputado por três mandatos. Publicou alguns livros, o mais famoso é *Ariel*, publicado em 1900, que procurava recuperar a identidade cultural da

América Latina através da valorização da cultura ibérica. Essa obra influenciou significativamente a intelectualidade hispano-americana, se tornando uma corrente de pensamento denominada *arielismo*.

³ Empregamos o termo proposto por Anthony Smith na obra *The Ethnic Origins of Nations* (1986), que ao analisar o nacionalismo europeu destacou a importância do nacionalismo étnico para o conceito de nação na Europa. Pamplona e Doyle em seus estudos sobre este fenômeno no Novo Mundo demonstraram que o etnonacionalismo não só foi menos importante como força assimiladora para o conceito de nação nas Américas, como também mostrou menos potencial como fonte de divisão dentro e entre as nações (Pamplona; Doyle, 2008: 24).

⁴ Nessa época a Alemanha ainda não tinha se constituído em um estado nacional, a unificação só ocorreria mais tarde, em 1871.

⁵ Rheinbund, associação de 16 Estados Alemães, fundada em Paris em 12 de julho de 1806, sob o protetorado francês de Napoleão I.

⁶ Na época em que Rodó estava escrevendo *Ariel*, os Estados Unidos, embora não representasse uma ameaça concreta para a América do Sul, já vinha intervindo no Caribe e América Central. A Guerra Hispano-americana culminou na perda dos últimos bastiões do império espanhol na América, e na vitória estadunidense. Isso evidenciou a ameaça que o “colosso do norte” representava aos países latino-americanos e despertou a indignação em muitos intelectuais hispano-americanos como Rodó.

⁷ Cabe ressaltar que Fichte sustenta a existência de uma originalidade alemã que foi desaparecendo e que precisa ser recuperada. Para o autor era necessário retomar a originalidade que existiu no passado e que era peculiarmente do povo alemão. É interessante observar que Fichte ao proferir seus discursos procura convencer seu público de que houve, no passado, uma nação alemã.

⁸ Neste trabalho só utilizarmos três discursos dos catorze que compõem a obra. Nos deteremos nos seguintes discursos: o sétimo intitulado de “Concepción más profunda de la originariedad y germanidad de um pueblo”; nono discurso “Lugar real en que debe iniciarse la nueva educación nacional de los alemanes”; e décimo primeiro discurso “A quién corresponderá la realización de este plan educativo”.

⁹ Cabe salientar que Schelling, filósofo associado ao movimento romântico é citado por Rodó.

¹⁰ “Caliban reina em Milão. Esmagai a infâmia, reúna todos nossos espíritos”. Tradução nossa.

¹¹ José Batlle y Ordóñez foi presidente do Uruguai pela primeira vez entre os anos de 1903-1907 e eleito novamente, governou entre os anos de 1911-1915, no seu segundo mandato implementou várias reformas.

¹² A questão que primeiro distanciou Rodó de Batlle está relacionada com as medidas laicizantes (retirada de crucifixos das repartições públicas) implementadas no governo batllista. Embora Rodó não fosse católico, se voltou contra esta medida por considerar que Batlle ao tentar agir em nome da tolerância estava efetuando outras formas de intolerância.